

Formação de Professores na Perspectiva dos Direitos Humanos: Uma Reflexão a Partir da Experiência da Monitoria

Teacher Training from a Human Rights Perspective: A Reflection Based on the Monitoring Experience

La formación docente desde una perspectiva de derechos humanos: una reflexión a partir de la experiencia de monitoreo

Klyvia Suellen de Morais Espíndola¹

Clécia Pereira²

Artigo científico

Linha de pesquisa: Educação e Direitos Humanos

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar a formação docente na perspectiva dos Direitos Humanos, tendo como foco a experiência da monitoria na UPE Garanhuns, durante os períodos 2023.1 e 2023.2 nos componentes curriculares extensionistas Educação e Diferença e Educação em Direitos Humanos. A pesquisa é desencadeada através da abordagem qualitativa, conforme Minayo (2007), da qual busca-se entender as interpretações e os sentidos atribuídos pelos sujeitos envolvidos. A metodologia é desencadeada pelos tipos de pesquisa bibliográfica, exploratória, descritiva atribuídos relacionando-as em torno da pesquisa-ação, referenciada em autores como Freire (2007), Candau (2008), Tavares (2022), Larrosa (2015), Benjamin (1987) e Vygotsky (1989). A monitoria é conceituada como uma experiência importante para a formação inicial docente, oportunizando a integração entre teoria e prática, além de desenvolver habilidades cruciais como comunicação e gestão de sala de aula. Os resultados alcançados incluem a promoção de uma educação transformadora, crítica e reflexiva, que integra os direitos humanos à formação docente.

¹ Pedagoga (UPE), Pós-graduanda em Diversidades Étnicas do Nordeste Brasileiro: Histórias, Culturas e suas Tecnologias (UFRPE). Linha de pesquisa: Direitos Humanos. Tipo de trabalho: Artigo. E-mail: klyviaespindola@gmail.com / <https://orcid.org/0009-0003-7972-8060>; Trabalho apresentado no IV Congresso Internacional em Políticas, Práticas e Gestão da Educação.

² Poeta. Professora Efetiva da Secretária de Educação de Pernambuco, em regime de cedência à UPE, Campus Garanhuns. Doutora em Educação Contemporânea (UFPE/CAA), Pesquisadora d'O IMAGINÁRIO (UFPE/CNPq) e do G-Pense (UPE/CNPq). Linha de pesquisa: Direitos Humanos. Tipo de trabalho: Artigo. E-mail: clecia.pereira@upe.br / <https://orcid.org/0000-0001-9053-8397>

Palavras-chave: Direitos Humanos. Monitoria. Formação de Professores.

ABSTRACT

This study aims to analyze teacher education from the perspective of Human Rights, focusing on the experience of academic monitoring at UPE Garanhuns during the academic terms 2023.1 and 2023.2, within the extension courses *Education and Difference* and *Education and Human Rights*. The research follows a qualitative approach, as proposed by Minayo (2007), seeking to understand the interpretations and meanings attributed by the participants involved. The methodology combines bibliographic, exploratory, and descriptive research, articulated through action research, drawing on authors such as Freire (2007), Candau (2008), Tavares (2022), Larrosa (2015), Benjamin (1987), and Vygotsky (1989). Monitoring is understood as an important experience for initial teacher training, enabling the integration of theory and practice, while fostering crucial skills such as communication and classroom management. The results achieved include the promotion of a transformative, critical, and reflective education that integrates human rights into teacher education.

Keywords: Human Rights. Academic Monitoring. Teacher Education.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la formación docente desde la perspectiva de los Derechos Humanos, tomando como eje la experiencia de la monitoría en la UPE Garanhuns durante los períodos 2023.1 y 2023.2, en los componentes curriculares de extensión *Educación y Diferencia* y *Educación en Derechos Humanos*. La investigación se desarrolla a través del enfoque cualitativo, según Minayo (2007), con el propósito de comprender las interpretaciones y los significados atribuidos por los sujetos involucrados. La metodología combina los tipos de investigación bibliográfica, exploratoria y descriptiva, articulados en torno a la investigación-acción, con base en autores como Freire (2007), Candau (2008), Tavares (2022), Larrosa (2015), Benjamin (1987) y Vygotsky (1989). La monitoría se concibe como una experiencia importante para la formación inicial docente, ya que posibilita la integración entre teoría y práctica, además de desarrollar habilidades esenciales como la comunicación y la gestión del aula. Los resultados alcanzados incluyen la promoción de una educación transformadora, crítica y reflexiva, que integra los derechos humanos en la formación docente.

Palabras clave: Derechos Humanos. Monitoría Académica. Formación Docente.

INTRODUÇÃO

Compreender na contemporaneidade o que são os direitos humanos e a promoção de uma Educação em Direitos Humanos é uma prerrogativa fundamental para a vivência social, a constituição de direitos e a manutenção de democracias. Visto que, os direitos fundamentais mesmo antes de serem, em sentido prático, uma realidade para grande parte da população brasileira e mundial vivem constantemente ameaçados por sistemáticas autoritárias que buscam controlar o poder, ameaçam o exercício da liberdade e desvalorizam, entre outros, a crítica e o pensamento livre.

Esta pesquisa de conclusão de curso tem como gênese a discussão da formação docente inicial em Educação em Direitos Humanos, com isso buscamos relacionar esse processo tão peculiar da formação humana às demandas educacionais atuais. De modo que essa discussão possa contribuir no desencadeamento da compreensão da importância dos direitos para a construção de um imaginário social positivo sobre os direitos humanos.

Estimamos discutir o processo de formação docente na perspectiva dos direitos humanos, a partir da experiência de monitorias voluntárias realizadas na Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns, no curso de licenciatura em Pedagogia, junto aos componentes curriculares Educação e Diferença (2023.1) e Educação em Direitos Humanos (2023.2). Desse modo, o problema de pesquisa que guia essa discussão é: Como o processo de monitoria contribui para formação inicial docente na perspectiva da educação e dos direitos humanos?

O objetivo geral busca compreender como o processo de monitoria contribui para formação inicial docente na perspectiva da educação e dos direitos humanos. Ampliamos nossa discussão com os seguintes objetivos específicos: a) discutir o processo de formação da educação em direitos humanos; b) relacionar a educação em direitos humanos e a formação docente, e por fim, c) analisar a monitoria como processo de experiência docente na formação inicial.

Consideramos a abordagem dos direitos humanos como essenciais para a realização de práticas pedagógicas que promovam igualdade, inclusão, justiça e dignidade. Principalmente, diante do percurso educacional brasileiro marcado pela desigualdade e lutas em prol de uma sistemática de governo cada vez mais democrática. Nesse sentido, a formação em direitos humanos vem para fomentar o papel do educador como agente transformador da sociedade, buscando promover uma educação crítica, reflexiva, libertadora e transformadora.

Existem falhas consideráveis no processo de formação inicial dos docentes, especialmente quando não se relaciona teoria e prática. Assim, a experiência vivenciada durante as monitorias voluntárias nas disciplinas de Educação e Diferença e Educação em Direitos Humanos, despertou o interesse do desenvolvimento dessa pesquisa em investigar a relevância dessa formação e compreender como a monitoria contribui para

esse processo formativo, possibilitando identificar o que é uma educação transformadora e centrada nos direitos humanos.

A discussão da educação e direitos humanos, fundamentada a partir das contribuições de Tavares (2022), Candau (2008) e Freire (2007), que ressaltam a importância de uma formação crítica e reflexiva. Os autores fundamentam uma educação que vá além da simples transmissão de conhecimento, que procure formar cidadãos ativos e críticos, capazes de questionar e criticar as injustiças sociais. Sendo imprescindível para a formação de professores, onde possam integrar a suas práticas, de forma que sejam agentes transformadores para os discentes.

A importância da formação docente em Direitos Humanos é defendida, igualmente, por autores(as) como Padilha (2005), Nascimento (2000), Dallari (2004) e Candau (2003), que salientam a necessidade de não apenas ensinar sobre os direitos humanos, e sim conscientizar acerca de seus deveres e direitos, ensinando-os a reconhecê-los e exercê-los.

A perspectiva de experiência da monitoria, abordada por Larrosa (2015), Benjamin (1994) e Vygotsky (1989) é entendida como uma prática significativa que, por meio da troca de saberes entre monitores e estudantes, oportuniza um ambiente de aprendizagem humanizado e sensível. E assim, proporciona a junção entre teoria e prática, como também contribui para a formação de docentes críticos e aptos para lidar com a sociedade atual.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O PROCESSO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Os Direitos Humanos são normativas que reconhecem e garantem a dignidade, igualdade e liberdade para todos os seres humanos, sendo universais e, portanto, não permitindo qualquer forma de discriminação. Esses direitos abrangem desde o direito à vida até a garantia de uma vida digna, contemplando o acesso a requisitos básicos como alimentação, saúde, trabalho e educação de qualidade.

Os direitos humanos têm sua origem a partir de uma longa luta pela promoção da dignidade humana que se dá de modo sistemático e histórico. A EDH (Educação em Direitos Humanos) está sempre em busca da superação do autoritarismo, da formação da democracia, liberdade e da fraternidade. Em 1948 aconteceu a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que se tornou um marco histórico e enfatizou a importância de educar a sociedade sobre seus direitos e deveres. Conforme o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.” (ONU, 1948, p. 13).

Compreender a importância dos direitos humanos na educação e entender a relevância do vínculo da educação com os direitos humanos, carregando se em sua centralidade a procura de disseminar o conhecimento acerca dos direitos e deveres de cada cidadão e seus respectivos parâmetros. Com isso, a educação entra como pilar importante para melhores condições sociais. Além disso, é necessário o ingresso dos direitos humanos na formação do docente, para que a partir disso haja a interação da temática nas práticas pedagógicas.

O desenvolvimento da Educação em Direitos Humanos no Brasil passou por diversas fases importantes até a criação do Plano Nacional de Educação. Influenciado fortemente pela Declaração Universal do Direitos Humanos e a UNESCO, o país passou a considerar a inserção dos direitos humanos no currículo escolar. Os movimentos sociais foram inspirados por Paulo Freire nas décadas de 1960 e 1970, o que proporcionou a educação popular, que tinha como principal foco o empoderamento e a conscientização das classes que eram marginalizadas pela sociedade. Após o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), a constituição de 1988 e a redemocratização revitalizaram os direitos humanos e impulsionaram sua presença na educação.

Nesse período de desenvolvimento, nos anos 1990 surgiram ONGs (Organizações Não Governamentais) e grupos de direitos humanos, que tinham como foco desenvolver materiais didáticos e programas educativos que expressassem a importância da promoção desses direitos. No mesmo período, as políticas públicas, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) passaram a incluir diretrizes específicas para a educação em direitos humanos, resultando na criação do Plano Nacional, que por fim formalizou e estruturou as diretrizes no sistema educacional.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos foi lançado no Brasil em 2003, a partir de um projeto internacional da Unesco e outras nações associadas, intitulado de Programa Década da Educação em Direitos Humanos (1995-2004) tendo como objetivo a promoção global da educação em direitos humanos. Visando inserir os princípios dos direitos humanos em todo o sistema educacional, da educação básica ao nível superior.

Debater sobre a educação em direitos humanos é um assunto que merece total atenção, visto que continua sendo uma urgência em nosso país. Consideramos que apenas através dela podemos ter uma formação humanizada e sensível. A história do Brasil é marcada por diversas violações, desde a escravidão no período colonial à Ditadura Civil-Militar e para a violência contra as minorias, como mulheres, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e a população LGBTQIA+. Além disso, o nosso país é um dos com maior índice de desigualdade social e econômica, o que torna ainda mais urgente a promoção de conscientização da população sobre seus direitos.

Desse modo, não tem como falar em direitos humanos sem relembrar o passado, como também a preservação da memória, uma vez que o esquecimento das violações referente aos direitos humanos interfere diretamente na construção de nossa identidade e por meio deste se vem a propagar o esquecimento. De modo que este estudo contribui na luta por memória, verdade, justiça, reparação e garantias de não repetição. Contribui, ainda, na construção de uma cultura de direitos humanos.

Nas palavras de Paulo Freire (2007, p.33), “temos de saber o que fomos e o que somos para saber o que queremos”. Dado que investigar o passado é necessário para a construção da cidadania, e relacionar o sujeito, memória e história como parte importante para os avanços no campo da educação em direitos humanos. O Brasil possui avanços significativos dentro dessa área, sendo um deles a Constituição de 1988 que é considerada um grande marco e desempenha um papel importante para a promoção da educação em Direitos Humanos por todo o país.

Freire (1987) defende que a educação é um ato de conhecimento e transformação do mundo, onde os discentes e docentes devem aprender juntos, a partir de suas vivências. Para ele a educação é uma prática libertadora e deve ser ofertada de forma que se construa cidadãos críticos e ativos na sociedade.

Dessa forma, a Educação em Direitos Humanos tem como principal foco promover a conscientização dos educandos e educandas e assim estimulá-los(as) ao exercício de reivindicação dos seus direitos, os tornando agentes ativos da sociedade. Para que a partir disso, seja possível construir uma sociedade democrática e justa, da qual a população tenha voz ativa diante das políticas e a confirmação do exercício de seus direitos.

Da mesma forma que Freire (1992), igualmente Candau (2018) também defende a essencialidade de uma abordagem crítica e reflexiva na educação em direitos humanos. Ressaltando dessa maneira a importância de promover uma maior compreensão sobre as relações de poder que estão presentes na sociedade, instigando os alunos a questionarem as injustiças estruturais que são impostas pela sociedade. Permitindo que a educação em direitos humanos não seja apenas uma transmissão de informação, e sim um processo contínuo de aprendizagem e conscientização dos estudantes.

Candau (1997) ressalta que a educação em direitos humanos deve ser sempre crítica e problematizadora e está sempre em busca de transformação. Para a autora, a EDH (Educação em Direitos Humanos) deve sempre desafiar os alunos a refletirem sobre suas realidades e contexto social, e assim fomentar uma maior participação na luta por igualdade e justiça. Estando diretamente alinhada com a pedagogia crítica de Freire, onde a educação é vista como um ato político.

A professora e pesquisadora Celma Tavares (2022) também dá ênfase e defende a necessidade de uma educação transformadora, que vá além da simples transmissão de conhecimentos. Em suas pesquisas ao tratar do “Educar para o Nunca Mais”, Tavares (2022) assim como Freire e Candau, também critica o modelo de educação tradicional, defende uma educação que venha preparar os sujeitos para as constantes mudanças no mundo. Para ela, além de promover a criticidade nos educandos, também é dever dos direitos humanos a participação ativa destes na transformação social.

A autora salienta os educadores como principais mediadores e facilitadores desse processo de construção do desenvolvimento social, os amparando nesse processo de se tornarem sujeitos críticos, reflexivos e conscientes de suas responsabilidades e direitos. Propondo uma educação que vá além do apenas ensinar, o que deve incluir uma formação integral do cidadão.

A educação em direitos humanos é composta por várias categorias, que juntas são fundamentais para a promoção de uma educação em direitos humanos, destacamos a partir de nossos estudos: Universalidade e Indivisibilidade dos Direitos Humanos, Dignidade Humana, Igualdade e Não-Discriminação, Participação e Inclusão, Responsabilidade e Prestação de Contas, Educação Holística, Aprendizagem ao Longo da Vida, e Contextualização Cultural e Local – e assim são responsáveis por estruturar de forma integrada o ensino e prática desses direitos.

Dessa forma, os temas se inter relacionam um com o outro e se complementam, proporcionando que todos os direitos sejam garantidos. Ter a integração desses princípios dentro da educação em direitos humanos, é essencial, visto que a partir deles os(as) estudantes serão capazes de valorizar e defender os direitos humanos de forma eficaz e inclusiva.

Com isso, a educação em direitos humanos não busca apenas transmitir os conhecimentos a respeito dos deveres e direitos da maneira que faz a educação tradicional, e sim proporcionar uma transformação tanto social quanto cultural. Em suma, a Educação em Direitos Humanos e a Pedagogia da Memória, uma de suas vertentes, promovem uma educação transformadora e comprometida com a construção de uma sociedade onde as injustiças do passado não venham a se repetir.

EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS E A FORMAÇÃO DOCENTE

A Educação em Direitos Humanos tem um papel fundamental para a promoção de uma sociedade respeitosa, equitativa e justa. A formação dos professores na área se torna necessária para que por meio dela seja possível desenvolver um papel significativo dos valores, tanto dentro das escolas quanto para toda a sociedade. Como já mencionado, a EDH tende a preparar os indivíduos a entender, defender e promover os direitos humanos.

Consideramos, além disso,

[...] a educação em direitos humanos trabalha permanentemente o ver, a sensibilização e a conscientização da realidade. Procura ir progressivamente ampliando o olhar sobre a vida cotidiana e ir ajudando

a descobrir os determinantes estruturais da realidade (CANDAU, et al., 2003, p 115).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, fala que a educação deve aspirar o desenvolvimento pleno da personalidade e a consolidação dos direitos humanos. Devendo ser orientada pela igualdade, liberdade, justiça, dignidade e paz. Ela visa a promoção de uma cultura voltada para os direitos humanos, promovendo valores e atitudes dentro do campo para todos. A EDH é primordial para a promoção da coesão social e prevenção de conflitos, principalmente diante da atualidade em que vivemos, em um mundo cada vez mais globalizado e diversificado.

Nesse contexto, Padilha (2005, p. 169) traz os seguintes questionamentos a respeito do papel do professor:

[...] como alguém que não se respeita, que não respeita os seus próprios direitos, que às vezes nem os conhece e que não sabe defendê-los, poderia ensinar outro alguém sobre o exercício de algum direito ou sobre qualquer outro conteúdo de forma crítica e emancipadora? Ou como alguém que está desacostumado a ser ético e agir, socialmente com a justiça? Ou, ainda, como um professor que se deixa vencer pela rotina, por mais dura que possa ser, pode contribuir para a formação de sujeitos que exerçam plenamente a sua cidadania e saibam defender os seus direitos civis, sociais e políticos?

A formação dos professores em direitos humanos torna-se imprescindível por diversas razões. Para começar, professores capacitados nesse campo passam a ser promotores de valores dos direitos humanos, dentro e fora de sala de aula. Integrando tais princípios a suas práticas pedagógicas, fomentando um cenário escolar mais justo e inclusivo. Além de atuarem como agentes de transformação social, orientando seus estudantes a compreenderem seus direitos e deveres.

Outrossim, os docentes são uma referência de conduta para os(as) estudantes, ao colocar em prática seus próprios ensinamentos. São capacitados para aplicar metodologias interdisciplinares, contextualizadas, participativas e educação holística que envolvam toda a turma de forma ativa, fomentando o pensamento crítico e a resolução de conflitos por parte dos estudantes, habilidades estas que são necessárias para viver em uma sociedade democrática.

Nesse sentido, Dallari afirma que:

os professores têm, assim, uma responsabilidade e um poder muito grande na transmissão e promoção desses valores, uma vez que dispõe da possibilidade de influir para a correção de vícios históricos e distorções profundamente injustas. E assim podem dar valiosa contribuição para a formação de uma nova sociedade, em que a dignidade humana seja, de fato, o primeiro dos valores e, a partir daí, as pessoas se respeitem reciprocamente e sejam solidárias umas com as outras. (Dallari, 2004, p.42).

Por conseguinte, é imprescindível que todos tenham acesso a uma educação centrada nos direitos humanos. E que a partir disso os educadores possam inserir em seu cotidiano a importância da educação em direitos humanos, promovendo assim a inclusão das questões intrínsecas dos direitos humanos nos ambientes escolares. Para que, sobretudo, a educação em direitos humanos não se torne apenas um tema gerador de assunto dentro de sala de aula, mas um fortalecedor de uma prática de democracia.

Os professores com formação na área, devem ensinar a cultura de valores e princípios nos estudantes, durante o dia a dia, de modo que esse conhecimento não apenas seja construir tal conhecimento somente para si, mas que reverbere no trabalho em suas dimensões teóricas e práticas. Como apresenta Nascimento (2000, p. 23) “Não posso falar contra a discriminação, se eu mesma discrimino meus alunos, não posso falar da luta pelos direitos, se, como educadora, não me envolvo com as lutas por melhores condições de ensino” as palavras de Nascimento enfatizam a importância da coerência estar presente na prática e discurso na formação dos professores em educação e direitos humanos.

A educação, afinal, só será de fato transformadora se os educadores praticarem os princípios da igualdade, justiça e defesa dos direitos humanos. Devendo ir além de apenas repassar informações sobre o tema, deve-se ter o compromisso e a sensibilização com as práticas pedagógicas para que a partir disso seja possível proporcionar a inclusão e democracia dentro das escolas. Integrar a educação em direitos humanos na formação dos docentes, além de enriquecer suas práticas pedagógicas, certifica que os mesmos serão agentes comprometidos com a construção de um espaço escolar equitativo e igualitário.

A MONITORIA E O PROCESSO DE FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE

Para começar, a monitoria é vista como um processo educacional ocupado por estudantes mais experientes, os monitores, onde eles passam a auxiliar estudantes em seus processos de aprendizagem, durante todo um semestre oferecendo suporte acadêmico para as experiências de estudo e pesquisa ao longo da vivência do componente. Vygotsky (1991, p. 58) fala que “o que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer amanhã”, mesmo ele utilizando essa fala para se referir a zona de desenvolvimento proximal (ZDP). Ao nos referir a estudantes de licenciatura, a mesma também pode ser usada para defender a monitoria como um instrumento importante para o processo de aprendizagem, da qual o monitor atua como mediador desse aprendizado.

A monitoria como processo de experiência docente na formação inicial é um tema de extrema importância para todo o contexto educacional. Além de ser um complemento para a formação acadêmica, a monitoria tem um papel fundamental para a preparação do discente como futuro docente e na promoção entre a teoria e prática desenvolvendo habilidades e aprendizagens diversificadas, que vão desde a construção de planejamentos, escolha de metodologias e construção de sistemáticas de avaliação.

A princípio, é importante enxergar a monitoria como uma excelente ferramenta para a formação do discente, observando as oportunidades que lhes são ofertadas, como a oportunidade de vivenciar o papel do educador de forma supervisionada e prática. Onde, no processo de monitoria é possível desenvolver novas habilidades, como comunicação eficaz, estilos de aprendizagem e suas possíveis adaptações e a gestão em sala de aula. Visto que durante toda a monitoria é cumprido determinado cronograma, que possuem atividades a serem realizadas pelos monitores da disciplina, como exemplo, a regência de aula, na qual o(a) monitor(a) quem irá preparar e conduzir toda a aula, estando apenas sob supervisão do docente responsável pelo componente.

A partir dessas experiências é possível explorar metodologias diversas para garantir a eficácia da aprendizagem e refletir sobre suas práticas pedagógicas. Ao estar em frequente contato com os(as) estudantes o(a) monitor(a) tem um maior acesso de conhecer como funciona o processo de aprendizagem, compreender quais as dificuldades e facilidade presentes nesse processo. Proporciona a integração da prática

e teoria, a monitoria também oferta aos seus(suas) monitores muitas outras vantagens, como a oportunidade de estar em sala de aula antes da finalização do curso, podendo adaptar e aplicar os diversos conceitos já estudados de uma forma significativa e avaliada.

Jorge Larrosa fala que “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” (2015, p. 28) com isso compreende-se que a monitoria deve ser muito mais que uma prática momentânea, deve ser uma prática significativa e transformadora, permitindo assim que os monitores se engajem emocionalmente e passem a refletir criticamente sobre o que vivemos. Com isso, fica clara a importância de ofertar oportunidades que sejam relevantes para o crescimento profissional dos monitores enquanto futuros docentes.

A experiência é única e individual, nenhum indivíduo tem a mesma experiência que o outro, logo ela se torna específica para cada indivíduo. Como Larrosa afirma “saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal” (2015, p.32) portanto, por meio da monitoria pode ser desenvolvida essas competências de forma significativa e crucial para o crescimento como futuros docentes com uma prática ativa e relevante.

Posto isso, compreende-se a monitoria como tendo um papel fundamental para a formação inicial docente, por meio das oportunidades que são ofertadas durante as atividades práticas ampliando assim o aprendizado teórico. Como afirma Jorge Larrosa (2015)

Mas o que a experiência faz, precisamente, é acabar com todo dogmatismo: o homem experimentado é o homem que sabe da finitude de toda experiência, de sua relatividade, de sua contingência, o que sabe que cada um tem que fazer sua própria experiência (Larrosa, 2015, p.41).

A monitoria possibilita, nessa esfera, vivenciar a prática e assimilar o conhecimento adquirido. Estimulando a autonomia e criticidade do discente, permitindo que cada um possa escolher o trajeto de seu aprendizado a partir das experiências diretas e indiretas dentro do meio acadêmico.

Para Walter Benjamin (1987, p. 198) “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte que recorreram todos os narradores” quando ele traz esse ponto está se

referindo a transmissão direta de conhecimento, por meio das relações interpessoais. Benjamin valoriza a transmissão de sabedoria, memória e a narrativa como formas de compartilhar as experiências vivenciadas e a importância da humanização.

Durante a vivência da monitoria os(as) estudantes já estão sujeitos a passar por todos esses âmbitos defendidos por Benjamin. Visto que nela os(as) envolvidas compartilham suas experiências e conhecimentos uns com os outros, passam a ser narradores(as) de seu itinerário educacional e por terem uma interação direta com os estudantes, de igual para igual, proporcionam a construção de um ambiente de aprendizado mais humanizado, empático e participativo.

Ao promover um ambiente de aprendizado acolhedor e humano, os(as) estudantes passam a ser mediadores de seus conhecimentos e compartilham suas experiências com os demais colegas em sala. Criando assim uma onda de saberes compartilhados entre os estudantes, colaborando para a construção de uma comunidade de aprendizado.

Como já mencionado anteriormente, a monitoria traz um leque de possibilidades e experiências aos futuros docentes, permitindo assim antecipar essa prática pedagógica, servindo tanto para aprimorar seus conhecimentos teóricos, e desenvolver diversas habilidades essenciais para a condução de um trabalho docente. Em síntese, a monitoria pode ser considerada com elemento indispensável para a formação inicial, visto que é por meio dela que os professores transformam todo o saber teórico em práticas significativas, formado pelas experiências concretas durante a monitoria, reforçando a importância de uma formação que unifique teoria e prática.

METODOLOGIA

A referida pesquisa foi efetuada no âmbito da realização das monitorias voluntárias, exercidas no curso de licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns, nos componentes curriculares extensionistas: Educação e Diferença (2023.1) e Educação em Direitos Humanos (2023.2), dos quais nos possibilitaram compreender as dimensões teóricas e práticas da Educação em Direitos

Humanos, além de ter entendimento dos principais desafios da efetivação de uma educação voltada a essa perspectiva.

Foi possível, ainda, conhecer e relacionar metodologias do campo para se trabalhar a temática, igualmente, dimensionar sua extrema importância no campo da formação inicial docente, o que contribuiu diretamente para a construção deste trabalho, bem como, analisar o processo de implementação da Educação em Direitos Humanos no Brasil e assim situar as reflexões levantadas ao longo desta pesquisa.

A monitoria voluntária, em ambos os componentes, foi essencial para que, enquanto monitora e pesquisadora, pudesse desenvolver um olhar crítico quanto às questões relacionadas à diversidade/diferença e direitos humanos na educação. Levando em consideração o contato direto e vínculo construído com os(as) estudantes, metodologias propostas para as aulas e as atividades de extensão também a perspectiva docente, quando considerada a mudança de valores culturais que estejam mais alinhadas à educação emancipatória. Surge, então, o interesse em compreender, a nível de pesquisa, a importância da formação docente que esteja comprometida com a transformação social.

A presente pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, pois segundo Minayo (2007, p. 21), “ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Ela é considerada uma estratégia que enfatiza o entendimento intrínseco dos fenômenos sociais, a partir de experiências e percepções ao tema estudado, assim a pesquisa visa compreender as interpretações dos sujeitos e os sentidos por eles construídos, dado contexto em que estão inseridos.

Dessa forma, a escolha dessa abordagem é justificada a partir da complexidade das temáticas e produção de subjetividades presentes no tema, que trata da formação docente na perspectiva dos direitos humanos e a formação de uma cidadania ativa. Permitindo, assim, captar as particularidades das interações e práticas pedagógicas que sucedem no cenário da monitoria, o que acarreta uma análise das vivências das temáticas, bem como, de sua realidade contextualizada. Neste trabalho, a metodologia foi estruturada pelos tipos de pesquisa: bibliográfica, exploratória, descritiva e a utilização da pesquisa-ação, que viabilizaram o sentido da *práxis* durante o processo.

Inicialmente, a pesquisa bibliográfica teve um papel fundamental no processo construtivo deste trabalho, permitindo obter uma análise mais aprofundada a respeito da formação dos professores na perspectiva dos direitos humanos. Por meio dela foi realizada uma seleção de livros e artigos que discutem teorias e práticas ligadas à educação em direitos humanos, como também as que tratam da formação docente.

Triviños (1987) narra que "a pesquisa exploratória busca proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses". Desse modo, a pesquisa exploratória possibilitou uma análise a partir do conhecimento construído sobre a formação docente na perspectiva dos direitos humanos, dando ênfase a experiência da monitoria. Bem como, nos proporcionou aprofundar os conhecimentos sobre o tema e suas práticas ligadas à educação em direitos humanos. A pesquisa exploratória foi primordial para a construção e o desenvolvimento de hipóteses, como também para a delimitação da pesquisa, o que respaldou as conclusões e reflexões presentes.

Como destacado por Triviños (1987), a pesquisa descritiva demanda que o pesquisador possua um amplo conhecimento acerca do objeto de estudo no qual deseja explorar. Visto que a pesquisa descritiva proporciona uma análise detalhada acerca das práticas e concepções que estão envolvidas na formação do professor sob a perspectiva dos direitos humanos, particularmente nas circunstâncias da monitoria. Nesse sentido, a pesquisa descritiva é fundamental para analisar a construção de conhecimento e as concepções dos educadores em formação no contexto.

Considerando o aspecto prático as intervenções ocasionadas pela monitoria e a compreensão da pesquisa-ação definida por Thiollent, do qual revela que,

A pesquisa ação é um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent,1986, p.14).

Concebemos que essa abordagem é pertinente, pois a partir dela foi possível a todos(as) envolvidos a condição de participantes dessa investigação como co-

pesquisadores, construindo dados para análise, também refletindo em conjunto acerca das práticas pedagógicas da Educação em Direitos Humanos e seus respectivos desafios. Além de promover uma maior compreensão acerca dos métodos educacionais, transformando os(as) estudantes em agentes ativos. Esta abordagem corrobora para a construção de um ambiente educacional, onde tem a promoção e o respeito aos direitos humanos, oportunizando uma formação docente crítica e reflexiva.

PESQUISA-AÇÃO

Como Thiollent (1986) ressalta, na pesquisa-ação o pesquisador está envolvido de um modo cooperativo ou participativo por todo o processo. O que aconteceu em toda a minha experiência como monitora nas disciplinas de Educação e Diferença (2023.1) e Educação e Direitos Humanos (2023.2), das quais pude participar de diversas atividades, e assim pude ampliar meus conhecimentos e minha formação como futura docente.

Nesse contexto de interação e cooperação, minha participação como monitora em ambos os componentes envolveu a organização e o planejamento de aula, também dos projetos de extensão, igualmente a participação em algumas aulas, reuniões sistemáticas com a equipe organizadora dos eventos proporcionados e o encontro com a turma para realizar revisões, tirar dúvidas sobre procedimentos avaliativos, o planejamento de regências e estudos sobre as temáticas a serem trabalhadas.

Destaco, entre as atividades realizadas, a regência no componente curricular de Educação e Diferença, da qual junto a outra monitora, foi ministrada como base no livro “Ensinando a Transgredir (2013)” de bell hooks. A autora defende que a educação deve romper com todos os tipos de opressões existentes. O que para nós detém todo o sentido do objetivo do componente. Na referida aula debatemos sobre as ideias de bell hooks com os(as) estudantes acompanhados(as) da professora Clécia Pereira. Considero ter sido um momento propositivo, de muito aprendizado para todos(as) ali presentes, do qual pudemos expor nossas opiniões sobre os diversos assuntos e falarmos da importância de se ter uma participação social ativa e crítica.

Outra atividade que destacamos ainda na vivência do componente Educação e Diferença foi a realização do “III Seminário Educação e Diferença”, que foram realizados seminários com os(as) estudantes, pesquisadores(as), convidados(as) externos e

professores(as) da educação básica, contendo duas edições, com as seguintes temáticas: 'Educar para Diferença' e 'Desafios contemporâneos para os estudos sobre gêneros na Educação'. Com a realização desse evento pudemos ampliar os conhecimentos construídos com a população externa à universidade, o que tornou a experiência ainda mais consistente.

Entre as experiências que vivenciei nos componentes, uma das mais significativas e que marcaram e que considero ter sido crucial para desenvolvimento da minha formação como docente foi a participação juntamente com a professora Clécia Pereira, na oficina "Pedagogias do Sensível: corpo, palavra e experiência" no projeto de extensão Conhecendo a UPE. Justifico que essa oficina me trouxe a oportunidade de atrelar o nosso estudo a uma dimensão corpórea, o que propõe uma abrangência teórica e metodológica educativa.

No componente Educação em Direitos Humanos, pude participar de atividades semelhantes ao que foi descrito, mas destaco a minha participação no "cinedebate" e na oficina artística realizados no "I Ciclo de Debates de Educação em Direitos Humanos" oferecido como atividade extensionista pelos estudantes do 4º período de licenciatura em pedagogia (2013.2). No qual foram trabalhados temas de extrema importância como 'racismo religioso', 'respeito' e o 'sentido crítico da tolerância'. O evento aconteceu com participação da comunidade externa da UPE proporcionando, mais uma vez, trocas muito enriquecedoras, que constantemente incentivam reflexões, pensamentos críticos e o estímulo da criatividade.

Nesse componente, realizamos o estudo sobre a pesquisa da professora Celma Tavares (2022) "Educar para o nunca mais", e a partir dela foi produzida a regência tendo como eixo de estudo a Formação de Professores em Educação e Direitos Humanos. Assim tratamos, especificamente, sobre a Pedagogia da Memória defendida por Tavares (2022), como um pilar da nossa democracia, enfatizando a importância de não se repetir acontecimentos traumáticos da nossa história e a necessidade de saber desses acontecimentos, para que a partir disso possamos formar cidadãos ativos com opinião crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta a problemática dessa pesquisa, consideramos que através da monitoria, foi possível constatar a importância da promoção de experiências docentes no desenvolvimento acadêmico. Ressaltamos que esse fator possibilita um amadurecimento, compreensão das atividades que envolvem o papel docente, além de despertar em sentido prático a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

A monitoria também contribui para a ampliação dos saberes construídos em torno dos direitos humanos, oportunizando ao discente-monitor(a) uma visão crítica e sensível diante da prática pedagógica, salientando a relevância de uma educação transformadora, que integre uma formação ética e cidadã aos futuros docente. Durante toda a pesquisa foi possível identificar a importância da monitoria não somente como um espaço de formação acadêmica, como também de formação ética e cidadã, o que fomenta uma formação crítica e sensível para as questões dos direitos humanos.

Diante dos resultados apresentados, a educação em direitos humanos na formação docente, mostra-se como um método contínuo de sensibilização, transformação e conscientização. O/A educador(a) possui um papel fundamental, visto que além de ensinar sobre os direitos humanos, ele também os vivência através de suas práticas pedagógicas. Logo, professores com formação em direitos humanos têm de viabilizar o desenvolvimento de uma conduta reflexiva e crítica, assim os orientando para lidar com as diversas realidades sociais e culturais vivenciadas pelos estudantes, sempre com a intencionalidade de promover a justiça, igualdade e dignidade dentro das escolas.

Dessa maneira, a educação em direitos humanos não visa apenas a transferência de conhecimento teórico, comumente apresentado na educação formal, e sim a construção de uma consciência cidadã, o que possibilita aos discentes serem agentes transformadores nas suas respectivas comunidades, o que reforça a importância da experiência, como é destacado por autores como Larrosa, Vygotsky e Benjamin.

Ao término dessas atividades universitárias foi possível conceber a importância da monitoria para o amadurecimento acadêmico, como também o interesse pela pesquisa. Através das atividades realizadas durante a monitoria, se torna possível ampliar os conhecimentos acerca dos direitos humanos, inclusão e diversidade, o que

proporciona um olhar sensível e crítico para a prática pedagógica. Como também, compreender que a educação transformadora vai muito além de apenas repassar conhecimento e conteúdos, abrange a formação ética e cidadã dos(as) educadores(as).

6 REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 3ª ed. São Paulo. Brasiliense, 1987

CANDAU, Vera. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Educação, 2018.

CANDAU, Vera. **Pluralismo cultural, cotidiano escolar e formação de professores**. In: CANDAU, Vera (Org.). **Magistério: construção cotidiana**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997a. p. 237-250

DALLARI, D. A. **Um breve histórico dos direitos humanos**. In: CARVALHO, J. S. (Org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-42.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança. Um encontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Fundação da Editora da Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiencia**. Belo Horizonte. Autentica Editora, 2015.

MINAYO, M. C.S; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, M. G. C. A. **A dimensão política da formação de professores/as**. In: CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (Orgs). **Educar em direitos Humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p.115-124.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>>. Acesso em: 1 jun. 2024.

PADILHA, P. R. **Educação em direitos humanos sob a ótica dos ensinamentos de Paulo Freire**. In: SCHILLING, F. (Org.). **Direitos Humanos e educação**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 166-176.

TAVARES, Celma. **Educar para o nunca mais: experiências educativas em lugares de memória na Argentina, Brasil e Chile.** Revista Momento. São Paulo, 2022.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1986.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente.** 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NOTA: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

Submetido em: 04/12/2025

Aceito em:25/03/2026

Publicado em:16/05/2026